Rio Grande Capitalização S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018 comparativas ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017

KPDS 238042

Conteúdo

Relatório da administração **3**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias **4**

Balanços patrimoniais **7**

Demonstrações de resultado e outros resultados abrangentes **8**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **9**

Demonstrações dos fluxos de caixa **10**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias **11**

Conselho de administração **16**

RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.
(nova denominação da RG Capitalização S.A.)
CNPJ: 29.985.998/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

A Administração da Rio Grande Capitalização S.A., em cumprimento às disposições legais, apresenta aos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras Intermediárias resumidas relativas aos resultados do semestre findo em 30 de junho de 2018 comparativo ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017.

Porto Alegre, 29 de agosto de 2018.

A Administração

KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
Rio Grande Capitalização S.A.
(nova denominação da RG Capitalização S.A.)
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Capitalização S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia de Seguros a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de Agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.
(nova denominação da RG Capitalização S.A.)

CNPJ: 29.985.998/0001-02

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais)

		30/06/2018	31/12/2017
ATIVO			
CIRCULANTE		**943**	**11.000**
DISPONÍVEL		**943**	**11.000**
Caixa e Bancos		943	11.000
NÃO CIRCULANTE		**10.005**	**-**
Aplicações Financeiras	**NOTA 5**	10.005	-
TOTAL DO ATIVO		**10.948**	**11.000**
PASSIVO			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**NOTA 6**	**10.948**	**11.000**
Capital Social		11.000	11.000
Prejuízo Acumulado		(52)	-
TOTAL DO PASSIVO		**10.948**	**11.000**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.
(nova denominação da RG Capitalização S.A.)

CNPJ: 29.985.998/0001-02

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO E OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018.

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo líquido por ação)

		30/06/2018
Despesas com Tributos	**NOTA 8**	(52)
PREJUÍZO DO SEMESTRE		**(52)**
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE		(52)
Quantidade de Ações		**11.000.000**
Prejuízo Líquido por Ação - R$		**(0,00)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.
(nova denominação da RG Capitalização S.A.)
CNPJ: 29.985.998/0001-02

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018.
(Em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	PREJUÍZO ACUMULADO	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**11.000**	**-**	**11.000**
Prejuízo líquido do Semestre.....	-	(52)	**(52)**
SALDOS EM 30 DEJUNHO DE 2018	**11.000**	**(52)**	**10.948**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.
(nova denominação da RG Capitalização S.A.)
CNPJ: 29.985.998/0001-02

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018.
(Em milhares de reais)

	30/06/2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Prejuízo no semestre	**(52)**
Variação nas contas patrimoniais:	
Ativos financeiros	**(10.005)**
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	**(10.057)**
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(10.057)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do Semestre	**11.000**
Caixa e equivalentes de caixa no final do Semestre	**943**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Icatu
SEGUROS

RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.
(nova denominação da RG Capitalização S.A.)
CNPJ: 29.985.998/0001-02

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 COMPARATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), constituída em 09 dezembro de 2016, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, autorizada pela portaria SUSEP nº 6.997 de 19 de setembro de 2017, a operar em todas as Unidades da Federação e que tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. ("Icatu Seguros") que é controlada em última instância pelo Grupo Icatu representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias ("Demonstrações") foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As Demonstrações são apresentadas seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo "CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária".

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 29 de agosto de 2018.

2.2 Base de Mensuração

A Companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade. Passivos de exigibilidade imediata são classificados no circulante.

2.3 Moeda Funcional e de Apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e julgamentos para o registro de transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como sua divulgação. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, outros ativos e passivos. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes podem diferir dessas estimativas. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam é efetuado no resultado do exercício em que as revisões ocorrem.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas Demonstrações:

3.1 Instrumentos Financeiros

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros não cotizados e consequentemente em trânsito. A Companhia não possui ativos considerados equivalentes de caixa.

b) Instrumentos Financeiros não derivativos

Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(I) Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, ou títulos designados como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações, ajustados ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado;

(II) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente contas a receber, não havendo registro de empréstimos. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

c) Redução ao Valor Recuperável

c.1) Ativos Financeiros - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

c.2) Ativos não Financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

4. GESTÃO DE RISCO

A Companhia está organizada em 3 linhas de defesas com papéis claros e bem definidos. A primeira linha de defesa, as unidades operacionais, também chamados de donos dos riscos - ou *risk owners*, identificam os riscos e definem os respectivos controles mitigatórios. A segunda linha de defesa, composta por Controles Internos, Atuarial, Gestão de Riscos de Negócios entre outras, é responsável pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais, áreas de controle, Diretoria e conselho de administração. Por fim, a terceira linha de defesa, executada pela auditoria interna, tem o papel fundamental na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pela segunda linha de defesa.

A Gestão de Riscos segue as etapas fundamentais de identificação, avaliação e mensuração, e monitoramento, observando cada risco individual e em conjunto, obtendo, assim, o seu perfil de riscos. O processo é contínuo, permanentemente revisado e é realizado de forma centralizada, dentro da estrutura da Icatu Seguros.

4.1 Responsáveis pela Gestão de Riscos
Em atendimento a Circular SUSEP nº 521/15, a Gestão de Riscos possui um responsável para o Grupo Icatu Seguros com reporte direto ao Diretor Presidente e ao Conselho de Administração.

4.2 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos
O principal ponto de alinhamento entre o Sistema de Controles Internos e a Gestão de Riscos foi a utilização dos mesmos princípios metodológicos para a avaliação dos riscos, sendo o maior destaque a importância da qualidade dos controles nos modelos de avaliação de riscos. A formulação e a revisão das políticas de controles internos têm por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo *"Internal Control - Integrated Framework (2013)", emitida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission ("COSO").*

4.2.1 Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos

4.2.2 Principais Riscos Associados a Instrumentos Financeiros

4.2.2.1 Risco de Crédito - Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros. Baseia-se, principalmente sobre aqueles relativos às aplicações financeiras.

Em moeda local, o risco soberano do Governo Brasileiro representa o menor nível de risco de crédito - nota AA-, e está relacionado às emissões locais denominadas em reais de títulos públicos federais no volume de R$ 10.005.

4.2.2.2 Risco de Mercado - Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas de valor nos instrumentos financeiros devido às oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Icatu Seguros.

A Companhia possui apenas aplicações em letras financeiras do tesouro que possuem risco de mercado irrelevante pois são ativos pós-fixados com rentabilidade vinculada a Selic.

4.2.2.3 Risco de Liquidez - No âmbito dos ativos financeiros, a gestão de liquidez tem como objetivo monitorar a adequação dos prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos e demais recebíveis aos vencimentos contratuais dos passivos atuariais e operacionais da Companhia.

Os controles do risco de liquidez são realizados dentro da estrutura da Icatu Seguros.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e seguros detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

	30/06/2018				
	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Ativos Financeiros	**943**	**-**	**5.995**	**4.010**	**10.948**
Caixa e Bancos.....	943	-	-	-	**943**
Aplicações.....	-	-	5.995	4.010	**10.005**

	31/12/2017				
	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Ativos Financeiros	**11.000**	**-**	**-**	**-**	**11.000**
Caixa e Bancos.....	11.000	-	-	-	**11.000**

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 Composição das Aplicações Financeiras e classificação em níveis de hierarquia de valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela ANBIMA e pela B3. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo está apresentada como segue:

	30/06/2018		
Nivel 1	**Valor Contábil/Valor de Mercado**	**%**	**Rentabilidade**
Letras Financeiras do Tesouro - 1 a 3 Anos.....	5.995	59,92%	SELIC
Letras Financeiras do Tesouro - Acima de 3 Anos.....	4.010	40,08%	SELIC
Categoria I - Valor justo por meio de resultado	**10.005**	**100,00%**	
Total no Não Circulante	**10.005**	**100,00%**	

5.2 Movimentação das Aplicações por Categoria

	31/12/2017	Aplicações	Resgates	Rentabilidade	30/06/2018
Valor Justo por meio do Resultado	**-**	10.005	**-**	**-**	**10.005**

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital Social

O capital subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 11.000, representado por 11.000.000 ações ordinárias nominativas.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

Calculado conforme a Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores:

	30/06/2018	31/12/2017
Patrimônio Líquido	**10.948**	**11.000**
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**10.948**	**11.000**
Capital Base (CB)	**10.800**	**10.800**
Capital de Riscos de Mercado	31	-
Capital de Risco - CR	**10.800**	**10.800**
Capital Mínimo Requerido (MAX(CB,CR) - CMR)	**10.800**	**10.800**
Suficiência	**148**	**200**
Razão PLA/CMR	**1,01**	**1,02**

8. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

O valor de R$ (52) apresentado na linha "Despesas com Tributos" refere-se à Taxa de Fiscalização da Susep.

9. COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 30/06/2018 da Icatu Seguros.

10. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 16 de Agosto de 2018, foi aprovado aumento de Capital no valor de R$ 9.000, sem emissão de novas ações e, posteriormente, a Companhia teve a totalidade das ações representativas do seu capital social transferidas, mediante contrato de compra e venda de ações, da Icatu Seguros S.A. para a Banrisul Icatu Participações S.A., passando a ser uma subsidiária integral desta última.

RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.
(nova denominação da RG Capitalização S.A.)
CNPJ: 29.985.998/0001-02

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente
Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga
Conselheiros
Luis Antônio Nabuco de Almeida Braga
Luciano Soares

DIRETORIA
Diretor Presidente
Cesar Luiz Salazar Saut
Diretores
Alexandre Petrone Vilardi
Marcio de Moraes Palmeira

Contador
Marcos Célio Santos Nogueira
CRC-RJ nº 089.351/O-8

Atuário
Ligia de Abreu Sodré Pires
MIBA nº 1394